

SESSÕES DO PLENÁRIO

84ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 09 de setembro de 2013.

PRESIDENTE: DEP. JOSEILDO RAMOS *AD HOC*

À hora regimental, verificou-se na lista de presença o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Adolfo Viana, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bruno Reis, Cacá Leão, Capitão Tadeu, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Cel. Gilberto Santana, Delegado Deraldo Damasceno, Elmar Nascimento, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, J. Carlos, João Bonfim, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandyr Oliveira, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Nelson Leal, Neusa Cadore, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Pedro Tavares, Rogério Andrade, Ronaldo Carletto, Rosenberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Targino Machado, Temóteo Brito, Vando, Yulo Oiticica, Zé Neto e Zé Raimundo. (49)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

(O Sr. Presidente procede à leitura do expediente.)

OFÍCIOS

Do Dep. Herbert Barbosa, comunicando sua ausência das sessões nos dias 05 e 12/08/2013, devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Do Dep. Zé Raimundo, comunicando sua ausência das sessões nos dias 26 e 29/08/2013, devido a exames oftalmológicos, no Instituto de Olhos de Belo Horizonte, conforme atestado em anexo.

Do Presidente da Câmara Municipal de Paulo Afonso, vereador Marcondes Francisco dos Santos, dando conhecimento da Moção de Aplausos ao Exmo. Sr. Deputado Estadual Paulo Rangel, pelos relevantes serviços prestados

ao município, de autoria do vereador Albério Faustino Farias.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Pequeno Expediente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Pedro Tavares pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. PEDRO TAVARES:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, venho a esta tribuna, mais uma vez, para falar do terrível conflito que ocorre no Sul da Bahia.

Eu, que tive a oportunidade de, na última quinta-feira, acompanhado dos deputados da Comissão de Direitos Humanos Temóteo Brito, Yulo Oiticica, Rosenberg Pinto e Augusto Castro, participar de uma audiência pública na cidade de Itabuna e, logo depois, deputada Maria Luiza Laudano, na cidade de Buerarema.

Pude constatar, *in loco*, o que já vinha sabendo, já vinha acompanhando pelos jornais, pela imprensa, a respeito da situação terrível em que se encontra aquela região, Buerarema, Una, São José da Vitória e Ilhéus, onde existe um conflito entre os pequenos produtores rurais e os indígenas.

Ouvimos nessa comissão relatos impressionantes, deputado Targino Machado – que para nossa alegria retorna a esta Casa –, como o de um senhor de 78 anos de idade, que viveu, deputados, na sua terra, tem o título de terra lá em Buerarema, sempre viveu, sustentou a sua família nessa terra, e o seu filho lhe falou para ele se tornar índio. Ele não quis, seu filho se tornou índio, chegou com um grupo de indígenas e colocou esse senhor de 78 anos de idade para fora de sua propriedade. Esse senhor hoje vive passando dificuldades, as pessoas de Buerarema que conhecem a sua história estão dando comida. Foi colocado para fora de sua propriedade.

São vários e vários casos que ocorrem naquela região. Dizem que supostos índios estão invadindo as terras dos produtores rurais. E são pequenos produtores, deputado Targino, produtores de dois, três, quatro, cinco hectares, pequenas propriedades que estão sendo invadidas com essa demarcação que a Funai insiste em fazer. E o que se vê lá é um clima de total insegurança. No dia em que a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia esteve em Buerarema, nós ouvimos relatos de tiros em um produtor, que está paraplégico, de pessoas que foram colocadas para fora de suas propriedades, de depredações, vandalismo. Enfim, uma forma de violência que nunca vi na minha vida, uma total sensação de insegurança naquela região.

O que peço às autoridades é a suspensão imediata desse processo de demarcação. E logo depois, um novo processo de demarcação com o Ministério das Cidades, com a Funai, com a Ceplac, com a Embrapa e com outros atores para se ter uma noção da realidade, e não só uma demarcação feita pela Funai.

Eu concordo e reconheço, não tenho nada contra os direitos dos índios, mas tenho tudo contra a violência que lá está. Essa invasão dos indígenas, ou supostos indígenas, não quero acreditar, nessas fazendas, colocando o povo para fora, se utilizando de atos de violência, queimando casas, carros, depredando o patrimônio público. Então, queria, mais uma vez, aqui, pedir às autoridades locais, às autoridades

estaduais e nacionais que olhem com carinho para esse conflito que ocorre lá.

Na última quarta-feira estive em Brasília ao lado do deputado federal Lúcio Vieira Lima, do ex-ministro Geddel Vieira Lima, com o vice-presidente da República Michel Temer, relatando o que está acontecendo naquela região e pedindo providências porque aquela região, deputado Targino, está à beira de uma guerra civil. A população está transtornada. O clima é de total insegurança pública e eu pedia ao nobre governador, ao secretário de Segurança Pública: vão lá para ver esse clima de insegurança, vão mostrar que o Estado está presente e que existe na Bahia. Vá lá governador! Vá lá, secretário de Segurança Pública para ver *in loco* a sensação de insegurança que vive, hoje, aquela região. Repito, os conflitos têm que ser sanados. Repito, é necessário que seja feita, de imediato, a suspensão das demarcações e uma nova análise das demarcações.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Maria Luiza Laudano pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a MARIA LUIZA LAUDANO:- Sr. Presidente desta sessão, ouvintes da TV Assembleia, queridas taquígrafas, imprensa, deputados, deputada Luiza Maia.

Deputado Pedro Tavares, é realmente preocupante. Não tive votação naquela região, mas tenho alguns amigos que residem lá e que estão, realmente, com medo da violência que existe, inclusive atinge as residências e atinge também os comerciantes. As portas do comércio estão praticamente fechadas, o comércio parou e a produção nem se fala mais. A agricultura, nem é bom pensar porque as terras estão invadidas e realmente é preciso, urgentemente, que providências sejam tomadas em nível nacional e estadual, que tenhamos a segurança da comunidade, dos próprios fazendeiros! É como V.Ex^a disse aqui: não temos nada contra os índios, mas teremos, sim, com a violência existente que está acabando com tudo, tirando a vida das pessoas.

O que vemos é uma guerra. As pessoas estão assutadas! Uns amigos que tenho lá disseram que há uma intranquilidade até para os alunos irem à escola, quando saem é amedrontados. Tem colégios que não querem mais abrir as portas. É preciso, realmente, uma atenção de imediato, como V.Ex^a aqui falou, mas que todos nós aqui, independente de coloração partidária, devemos dar as mãos para que possamos buscar as autoridades, buscar inclusive esta Casa, os deputados federais, senadores, que haja uma união de todos para que possamos, de imediato, acabar com esse conflito que já não é de pouco tempo, já tem mais de um mês uma violência dessa e que já teve inclusive parece que o Exército, não sei se ainda está lá e ninguém obedece, ninguém atende e as pessoas que têm o direito da sua posse, da sua fazenda ceder assim.

O que sentimos, eu que estive no Amazonas na idade de 18 anos, e lá sabemos que é índio mesmo, meu marido foi quem inciou a pesquisa na Petrobras naquela época e ele dormia nas redes, nas matas, e andava com um rapaz, índio também, mas

que limitava onde eles podiam ir ou não. Quando chegava naquele limite ele dizia: aqui vocês não podem passar, porque se passar vai morrer. Isso sim, nós sabíamos o que é índio, mas hoje em dia você vê as pessoas se dizendo índio e que, realmente, quando olhamos são pessoas comuns, que não são índios mesmo, e que querem estar lá para, realmente, arrebatar as fazendas alheias.

E é por isso que a gente se preocupa quando a gente vê esse problema de invasão de terra, invasão de terrenos, quantas pessoas têm perdido a vida por essas invasões de terreno, também nas nossas cidades. Há poucos dias, aqui na Estrada do Coco, nós vimos um pai e um filho que estavam no terreno perderem a vida porque foram olhar o terreno que era deles e que outros já queriam invadir.

Então, realmente, ficamos preocupadíssimos com essa atitude, mas eu tenho certeza que o secretário da Segurança, Dr. Maurício, e também o nosso governador, vão, realmente, tomar as devidas providências que o caso requer, porque é de urgência e emergência o que nós estamos aqui a declarar nesta tarde de hoje.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Joseildo Ramos pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr. Presidente, prezados deputados, deputadas, Imprensa aqui presente, as nossas queridas taquígrafas, quero cumprimentar todos os que nos ouvem, os que nos assistem pela *TV Assembleia*, e mais uma vez subo a esta tribuna para dizer que amanhã nós teremos uma importante audiência pública que vai tratar da questão ferroviária aqui na Bahia.

Essa audiência pública terá lugar no novo auditório, no prédio novo aqui da Assembleia, às 9 h, e são vários deputados, ex-prefeitos, várias pessoas que representam municípios que tiveram seu desenvolvimento atrelado à ferrovia, que através de um sistema de concessão da época do presidente Fernando Henrique Cardoso, hoje a União recebe de volta, totalmente sucateado, o patrimônio público de 1760 Km de ferrovias concedidas à FCA, diga-se Vale do Rio Doce, que depois de depredar, de sucatear o patrimônio público, devolve à União, devolve ao Estado da Bahia trilhos que já não suportam velocidades médias acima de 30 km/h.

E o que é pior, uma malfadada resolução da ANTT, uma agência que não tem condições, efetivamente, de cuidar a contento dos interesses do estado brasileiro, em relação aos transportes terrestres, mesmo porque não está suficientemente instrumentalizada para tal, edita uma resolução que, se posta em prática, vai contra os interesses maiores da Bahia. E sendo a Bahia um Estado que pode contar com um sistema aquaviário de águas interiores do rio São Francisco, a maior costa no Oceano Atlântico, a maior baía de águas abrigadas, a Baía de Todos os Santos, portanto pode ter um porto de alto calado, que é o maior gargalo do sistema intermodal do Estado da Bahia.

E amanhã os deputados, diversos prefeitos, deverão estar se debruçando sobre os termos dessa malfada, repito, resolução da ANTT 4.131.

Esta resolução trata da desativação e da devolução da ferrovia sob concessão a FCA, mas não trata do período de transição entre a desativação da velha ferrovia e a entrada em operação dos novos traçados.

Para onde irão os maquinistas, mecânicos, eletricitas? Centenas de pais de família não têm bons salários e serão remanejados para o norte de Minas. Vejam, são R\$ 874 milhões a título de indenização e perda de vantagens que a União recebe e retira este dinheiro do estado da Bahia e aloca em Minas Gerais, Goiás e São Paulo, estados cujo interesse da Vale do Rio Doce são interesses privilegiados!

E a Bahia fica de fora!

A Bahia surge, neste importante momento, como a maior província mineradora dentre todos os estados nordestinos. Observem, não se pode ter mineração ou atividade mineradora sem ferrovia! Não podemos continuar na contramão da modernidade.

É preciso aproveitar o momento em que os governos Lula e Dilma reconstruam o transporte de carga através da possibilidade de reinstalação e de reativação do transporte de passageiros ferroviários ligando Alagoinhas e Salvador. É um novo ramal ligando Feira a Salvador e o Recôncavo a Salvador em articulação com o metrô, o sistema de transporte de massas.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Para concluir.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Então, amanhã, nós teremos, aqui nesta Casa, uma discussão à altura dos grandes debates que devem se estabelecer, no Parlamento do estado da Bahia, em favor da sua longa tradição.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Carlos Geilson pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. CARLOS GEILSON:- Boa-tarde, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sr^{as} Deputadas. Sr. Deputado Targino Machado, é muito bom vê-lo firme e forte, engrossando as trincheiras da Oposição, pois esta Oposição tem sido aguerrida e brava ao enfrentar este rolo compressor do governo. É uma pena que, hoje, nesta segunda-feira, há poucos deputados governistas na Casa e no plenário. A Oposição já é pequena em número, embora qualitativa, é verdade.

Mas subo a esta tribuna inspirado na manchete, hoje, do jornal *A Tarde* para abordar um tema que já debati com os senhores e com as senhoras aqui nesta Casa. Diz a manchete do jornal *A Tarde*: “Falta de leitos prejudica grávidas” É uma situação, deputado Targino Machado, que diz respeito à falta de leitos de obstetrícia e de UTIs neonatais aqui em Salvador.

Em Feira de Santana, segunda cidade da Bahia, agora, segundo o IBGE, com mais de 600 mil habitantes, o problema não é diferente. Feira carece de uma maternidade pública estadual. Em Pojuca tem. Feira de Santana tem o Hospital da Mulher. Mas, vejam o tamanho da população de Feira e o tamanho da população de Pojuca.

Mais de um milhão de pessoas, deputada Maria Luiza Laudano, têm suas vidas, principalmente nas questões que envolvem a medicina, dependendo de Feira de Santana. Vejam, são 28 os municípios pactuados com Feira para atendimento pelo SUS.

A questão da maternidade pública em Feira de Santana é uma necessidade premente, porque Feira precisa atender a uma população, não só a sua população, mas também a população dos municípios pactuados. E Feira de Santana dispõe, apenas, repito, apenas e tão somente apenas, com outros municípios, de 154 leitos de obstetrícia e 12 leitos de UTI para partos de alto risco.

Veja que Feira de Santana não passou de 150 leitos para pacientes do SUS nos últimos 20 anos, hoje dispõe de 154 leitos para atender a cidade e mais 28 municípios. Além disso, 12 leitos de UTI Neonatal para gravidez de risco, sendo 6 no Hospital da Mulher e 6 no Hospital Geral Clériston Andrade.

O governo federal arrecadou 1 trilhão de impostos em 2012. E de acordo com as informações que temos, a fatia do bolo tributário para Feira de Santana – que é a trigésima quarta cidade em população do Brasil – não corresponde à sua magnitude, força e pujança. Portanto, é premente, necessário e urgente que Feira de Santana ganhe a sua maternidade pública estadual.

Já temos o Hospital da Mulher mantido pela Prefeitura daquela cidade, via Fundação Inácia Pinto. O Hospital da Criança com uma parte ociosa, poderia perfeitamente abrigar, incorporar a maternidade pública estadual para atender não só a população de Feira, mas de 28 municípios pactuados com a Princesa do Sertão.

Aqui fica o nosso protesto, a nossa reivindicação e a lembrança ao secretário Jorge Solla, ao Líder do governo Zé Neto e ao governador Jaques Wagner para que deem esse presente a Feira de Santana, no dia 18 de setembro, quando a cidade comemora mais uma ano de emancipação política.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia pelo tempo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, imprensa que nos acompanha, eu quero, neste momento, Sr. Presidente, fazer um apelo ao Líder do governo, estou fazendo um ofício ao governador e ao secretário da Educação, porque estou vindo de uma manifestação dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço à Secretaria da Educação, a situação deles está muito complicada. Há 2 meses os servidores da empresa Delta, da Líder, dentre outras, estão sem receber salário, reclamam do vale-transporte e do tíquete alimentação. Precisamos tomar providências, ajudar esses trabalhadores a resolver essa questão.

Sabemos que essa questão da terceirização é um problema para a Secretaria da Educação, não está nada fácil a situação dos trabalhadores terceirizados que prestam serviço, inclusive os de limpeza. Estamos pedindo ao Líder Zé Neto e ao governo que interfiram para que essas empresas realmente atualizem e paguem em dia a seus

trabalhadores.

Quero também dizer, Sr. Presidente, fiquei muito contente por um lado e preocupada por outro, com o relatório final da CPMI da Violência contra a Mulher. A presidenta Dilma esteve lá no Congresso, numa sessão solene, e foi importante para a luta das mulheres, no enfrentamento dessa questão da violência. Principalmente porque semana passada foram aprovados mais 4 projetos que seguem agora para o Senado, por indicação da CPMI do Congresso Nacional e dentre esses projetos encontra-se o que classifica a violência doméstica como crime de tortura. Acho que isso para as mulheres é importante. A Lei Maria da Penha veio fortalecer o enfrentamento da violência contra a mulher, mas sabemos que ainda há muitas dificuldades para que a Lei Maria da Penha, realmente, seja implantada por dificuldades de DEAMs, de Varas da Violência e outras questões mais. Também o que garante o atendimento especializado no SUS às vítimas da violência. Todos esses projetos já foram aprovados: o que assegura o benefício temporário da Previdência às vítimas e o que exige rapidez na análise no pedido de prisão preventiva para os agressores. Outros três projetos já estão em análise na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania do Senado. É importante que digamos isso, principalmente no momento em que a Bahia vive o drama da liberdade da banda que praticou aquele estupro comprovado contra aquelas duas jovens e que, mais uma vez, a juíza de Rui Barbosa fez o adiamento do julgamento jogando-o para os dias 17, 18 e 19 deste mês.

Acho que não é porque eles têm dinheiro e contrataram um grande escritório de advocacia que nós vamos aceitar o absurdo praticado por aqueles caras, porque aquilo não podemos chamar de banda, aquele bando de estupradores e criminosos que continuam soltos por aí, provocando as mulheres e nos desrespeitando como que não houvesse acontecido nada.

Já critiquei, inclusive, desta tribuna a decisão do Tribunal de Justiça por haver libertado eles para responderem em liberdade e agora protelando, pedindo adiamento do julgamento, como se o crime de estupro não fosse um crime hediondo e que eles não tivessem que voltar imediatamente para a cadeia.

Então eu queria registrar o nosso repúdio, a nossa indignação, esperando que no dia 17, realmente, a justiça seja feita, porque foi uma agressão à cidade de Rui Barbosa, uma cidade pacata, tranquila, e que depois desse crime horroroso e que não teve punição ainda, encontra-se revoltada, indignada. E para fazermos justiça a Banda *New Hits* tem que ser colocada na cadeia imediatamente.

Concluo, Sr. Presidente, mas vou ver se acho mais um tempinho.

Muito obrigada.

(Não foi revisto pela oradora.)

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Com a palavra o deputado Álvaro Gomes pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, neste final de semana, eu e o deputado Daniel Almeida estivemos em Correntina. Lá, há um conflito jurídico e o prefeito atual é Laerte Caires, nosso companheiro de partido, de

acordo com o que determina a legislação.

Houve uma disputa entre nosso candidato e o outro candidato Ezequiel do bloco DEM/PSDB/PMDB. O nosso candidato ficou em segundo lugar, mas o candidato Ezequiel foi considerado pelo Tribunal Superior Eleitoral como ficha suja porque teve as suas contas rejeitadas pelo Tribunal de Contas da União. Em função disso, o Tribunal Superior Eleitoral determinou a posse do candidato vitorioso, no caso o Laerte, porque o outro foi impugnado e está no exercício da sua atividade desde o início.

Acontece que esse debate jurídico tem causando um clima de muita tensão naquela cidade porque, com todo o respeito, o Dr. Alexandre, juiz local, não estou aqui discutindo se ele é um bom juiz, enfim, não estou aqui discutindo o mérito da questão do juiz em si, mas ele se tem posicionado de forma parcial. Por exemplo, tem lá uma solicitação de reintegração de posse há cerca de um ano e o juiz não toma nenhuma decisão. Nem a favor nem contra, não decide nada. Reintegração de posse é algo que tem que se decidir imediatamente. Ninguém está querendo que ele decida a favor ou contra, o que se quer é que ele cumpra a sua obrigação de decidir. Ninguém está querendo decisão favorável ou desfavorável, está querendo que decida. E ele não decide. Isso tem provocado um prejuízo muito grande ao erário, à população e à sociedade.

Quando há qualquer questão contra o atual prefeito, aí o encaminhamento vem numa velocidade que foge aos padrões da atual Justiça. Então, o que acontece, qual o fato mais recente? De repente o juiz resolve, com base numa decisão do Superior Tribunal Eleitoral que concedeu precedente os embargos declaratórios, remeter esses embargos para o TRE anular um aspecto da questão. Mas o embargo declaratório não determina a posse do outro, não revoga a decisão que o próprio TSE tomou. E ele se achou no direito de empossar o outro candidato que foi considerado ficha suja pelo TSE. Resultado, isso criou um clima de tensão, de violência na cidade. Ele sequer notificou a Câmara de Vereadores, sequer notificou o prefeito e o vice-prefeito, e ele próprio deu posse ao prefeito considerado ficha suja pelo TSE e saiu da cidade, desapareceu. Isso criou um clima de tensão.

Se eu e o deputado Daniel Almeida não fôssemos à cidade, poderia ter havido uma situação extremamente grave. Porque em menos de 24 h que ele concedeu a posse ao outro prefeito, que antes mesmo de tomar posse invadiu a prefeitura, quebrou boa parte da prefeitura, antes de 24h o Tribunal Regional Eleitoral concedeu um mandado de segurança anulando todos os atos dele. Ou seja, mantendo no cargo o prefeito Laerte e o vice. Estou fazendo aqui essa colocação, porque acho que isso cria um clima de insegurança, de violência, e é preciso respeitar as decisões judiciais e, não, incentivar esse tipo de violência. Queria fazer aqui esse registro e dizer que estivemos lá acalmando as pessoas e buscando fazer com que a cidade pudesse reconquistar a sua paz. Essa história de empossar o prefeito hoje, numa decisão extremamente frágil que logo de imediato é derrubada pelo TRE, é algo que não contribui para a construção da paz, não contribui para a construção democrática, para o equilíbrio das forças democráticas.

Portanto, fazemos aqui essa reflexão ao juiz Alexandre, ele precisa, efetivamente, refletir mais sobre suas decisões, que até então têm sido decisões passionais, decisões parciais. Acho que isso não contribui para a consolidação do processo democrático. O prefeito Laertão está exercendo suas atividades por decisão do Tribunal Superior Eleitoral e por decisão do Tribunal Regional Eleitoral.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Gaban:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Gaban.

O Sr. Gaban:- Solicito, Sr. Presidente, uma verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- V.Ex^a será atendido.

Deputado Gaban, vemos visivelmente que não temos número suficiente...

O Sr. Paulo Azi:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem, deputado Paulo Azi. O Sr. Paulo Azi:- Sr. Presidente, abra os 15 minutos.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Marquem os 15 minutos.

Srs. Deputados que se encontram nas dependências desta Casa, existe um pedido de verificação de quórum para a continuidade da presente sessão.

Peço que marquem os 15 minutos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Joseildo Ramos.

O Sr. Joseildo Ramos:- Sr. Presidente, quero aproveitar esse momento para lembrar aos deputados e deputadas que se encontram nas dependências da Casa que está sendo contado o tempo de 15 minutos para que registrem suas presenças para a continuidade da presente sessão.

Mais uma vez, quero lembrar a todos que amanhã faremos uma discussão, Sr. Presidente, sobre o transporte ferroviário de cargas e de passageiros aqui, no Estado da Bahia. E a região de V.Ex^a tem uma atividade mineradora muito forte, assim como a do nobre companheiro deputado Carlos Brasileiro. É vital a presença e a continuidade da dinâmica do transporte ferroviário entre nós.

Muitas discussões estão sendo suscitadas no âmbito do Ministério dos Transportes, da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) e na Empresa de Planejamento e Logística (EPL), enfim, todos os órgãos da União que tratam da matéria. Mas o aprofundamento dessa discussão não cedeu lugar a qualquer município, através de suas autoridades, dos gestores municipais, dos parlamentos municipais, tampouco dos gestores diversos estados onde a FCA, ou seja, a Vale do Rio Doce, tem ferrovias sob sua responsabilidade, no regime de concessão. Essas ferrovias, que são patrimônio público, estão em elevado grau de sucateamento, exatamente no momento em que o Programa Integrado de Logística (PIL), no âmbito do PAC 2, está prevendo investimentos no Estado da Bahia que podem chegar à cifra dos R\$ 20 bilhões nos próximos anos.

Então, cabe a nós discutir os novos traçados que estão propostos e os termos da Resolução nº 4.131 da ANTT, que autoriza a devolução e a desativação dos atuais trechos ferroviários. Portanto, é uma matéria crucial para esta Casa, porque diz respeito aos ferroviários que poderão ser demitidos por meio da chamada demissão branca, que é ser designado para atuar em outro estado, como no Norte de Minas e, com os salários que recebem não podem mudar-se, em hipótese alguma, para outro estado. Portanto, estarão demitidos.

Para onde irão aqueles que fazem o conjunto da inteligência ferroviária, dos artífices que, para manter ainda em trânsito antigas locomotivas e vagões, fazem, ao longo de décadas e décadas, verdadeiras maravilhas no parque de oficinas do Município de Alagoinhas, que ainda hoje ostenta a condição de maior entroncamento ferroviário do Norte-Nordeste.

Portanto, repito, essa discussão amanhã será importante.

Estivemos, inclusive, com o governador na sexta-feira passada, acompanhados por várias lideranças, prefeitos, ONGs, a Associação dos Engenheiros Ferroviários do Estado da Bahia, e cobramos uma posição do governo do Estado. Nosso governador colocou claramente que não vai aceitar a desativação do transporte ferroviário de cargas no Estado da Bahia. Disse também que vai determinar a reativação do transporte de passageiros, algo tão vital para fazer a inter-relação com o transporte de massa em Salvador.

Portanto, é um momento rico, cuja discussão envolve o interesse de todo o Parlamento brasileiro, principalmente dos estados nordestinos, mesmo porque existem conflitos de resoluções oriundas de diversos ministérios.

Ou seja, é o momento em que nada está definido e é preciso discutir os novos traçados, é preciso chamar a sociedade para que ela tenha participação nessa importante discussão. E nada melhor do que a Casa do Povo, a Assembleia Legislativa, para se debruçar sobre um tema tão nobre e que, com certeza, historicamente tem uma razão de ser muito forte para o Estado da Bahia, devido às suas características geográficas, devido ao caráter estratégico do ponto de vista da competitividade do nosso País.

Gostaria de lembrar aos nobres deputados que existe um pedido de verificação de quórum, e o tempo foi aberto para que isso ocorra.

Muito obrigado.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Questão de ordem, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Questão de ordem do deputado Carlos Brasileiro.

O Sr. Carlos Brasileiro:- Sr. Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs. Deputados, esta questão de ordem é para nos somarmos ao posicionamento do deputado Joseildo Ramos, não só pelo chamamento para essa audiência de extrema relevância que acontecerá amanhã, mas, também, pela preocupação que ele depositou no tocante à malha ferroviária que liga Juazeiro a Alagoinhas, que é por demais importante para a nossa região de Senhor do Bonfim, na qual eu atuo politicamente, assim como o deputado Elmar Nascimento e tantos outros, uma vez que é uma das maiores

produtoras minerais do Estado da Bahia. Se somarmos com a produção do Município de Jacobina, 52% da produção mineral baiana passa pela região de Senhor do Bonfim.

Por isso, a região necessita não só da manutenção dessa malha, mas, principalmente, de sua melhora urgentemente, uma vez que isso foi prometido pela FCA quando da concessão no governo de Fernando Henrique. Mas o que vimos foi a exploração contínua dessa malha, com poucas reformas, poucos investimentos, ao ponto que a volta do transporte de passageiros, um sonho que se tinha, foi definitivamente esquecida pela FCA, hoje, vinculada à Vale do Rio Doce.

Por isso, estaremos lá, sim, somando-nos a todos os deputados que pensam, realmente, no transporte ferroviário como uma das melhores opções do Brasil e da Bahia, principalmente no que diz respeito à redução de custos do frete e coisas do gênero.

A nossa região, que engloba Campo Formoso, Jaguarari e Andorinha, é a maior produtora de minérios do Estado da Bahia e precisa urgentemente que se garanta a manutenção dessa malha, e que ela seja melhorada, não só para que o transporte de carga seja mais praticado e os produtos cheguem com mais rapidez aos seus destinos, como também seja revitalizado nesse trecho o transporte de passageiros, o que ajudará a muitos municípios à beira dessa ferrovia, que fora, no passado, uma fonte de geração de emprego e renda para aqueles que, nas estações ferroviárias, vendiam alimentos, bebidas, derivados, e até produtos da agricultura familiar, tirando dali o sustento de suas famílias e melhorando a vida de cada cidade.

Por isso, acho importante essa audiência. E quero somar-me ao deputado Joseildo Ramos para que ela seja, realmente, bem participativa e possamos dizer ao governo federal que esses trechos devem ser melhorados, revitalizados, e outros devem ser construídos, sem que percamos o foco de onde realmente se produz. Que o eixo Bonfim-Juazeiro, o eixo de Alagoinhas, que, com muita propriedade, foi defendido pelo deputado Joseildo Ramos, façam parte do novo traçado, saindo de Santo Amaro, passando por Feira de Santana, Alagoinhas e chegando a Recife.

Deixo a nossa mensagem nesse sentido: que amanhã estejamos juntos nessa audiência pública extremamente importante para o destino social e econômico do Estado da Bahia.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. PRESIDENTE (Adolfo Menezes):- Deputado Paulo Azi, V.Ex^a que levantou a questão de ordem sobre a continuidade da sessão, não temos número suficiente de deputados para dar continuidade.

Contamos com as presenças apenas dos deputados Carlos Brasileiro, Maria Luiza Laudano, Pedro Tavares, Carlos Geilson, Elmar Nascimento, Bruno Reis, Paulo Azi, Gaban, Joseildo Ramos, Capitão Tadeu, Luiza Maia, Álvaro Gomes e Sargento Isidório.

Portanto, está encerrada a presente sessão.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*